

Relatório de atividades

Janeiro a dezembro de 2024

Comissão de
Planejamento Estratégico
Estratégia Nacional do MP Digital



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

1. ESTRATÉGIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIGITAL (MP DIGITAL)	3
1.1. PLATAFORMA MP DIGITAL	3
1.2. CAPACITAÇÕES E EVENTOS	5
1.3. DIAGNÓSTICOS E LEVANTAMENTOS	7
1.4. PUBLICAÇÕES	9
1.5. VISITAS TÉCNICAS INSTITUCIONAIS PARA CONHECIMENTO DE INICIATIVAS TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO	10
1.6. ACORDOS DE COOPERAÇÃO	15
1.7. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS	15
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	17
2.1. REVISÃO DO PEN-MP (2020-2029)	17
2.2. RADAR ESTRATÉGICO	18
3. PRÊMIO CNMP	18
4. COMITÊ GESTOR NACIONAL DAS TABELAS UNIFICADAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CGNTU)	19
5. FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (FNG-MP)	20
6. INDICADORES DA ATUAÇÃO FUNCIONAL E ADMINISTRATIVA	23

1. ESTRATÉGIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIGITAL (MP DIGITAL)

1.1. PLATAFORMA MP DIGITAL

A **Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital)** foi instituída no âmbito do CNMP mediante [Resolução nº 257, de 14 de março de 2023](#).

O MP Digital integra a estrutura da Comissão de Planejamento Estratégico – CPE (art. 3º) e visa estabelecer eixos de atuação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que possam contribuir para fomentar a transformação digital em todo o Ministério Público, tendo como diretrizes fortalecer a identidade nacional; zelar pela autonomia institucional das unidades e ramos; promover a atuação orientada por dados; e fomentar a atuação integrada e colaborativa.

A partir de uma análise criteriosa dos desafios e oportunidades, aliada a visitas técnicas às unidades ministeriais e ao estudo de estratégias digitais de organizações públicas de referência, tanto nacionais quanto internacionais, a CPE elaborou a [Resolução CNMP nº 276, de 28 de novembro de 2023](#), que institui a Política Nacional do MP Digital. Aprovada pelo Plenário do CNMP, a Resolução delineia os principais instrumentos destinados a impulsionar a inovação e promover a integração no Ministério Público: **a Plataforma MP Digital e a Rede Nacional de Inovação Digital**.

Lançamento da Plataforma MP Digital



A Plataforma denominada MP Digital compreende um conjunto de serviços e estruturas voltados à integração digital do Ministério Público, incluindo: i. Base de Dados Processuais; ii. Catálogo de Bases de Dados; iii. Catálogo de Soluções Digitais; iv. Catálogo de Serviços de Integração; v. Catálogo de Contratações de Tecnologia da Informação; vi. Catálogo de Desafios.

A Plataforma se propõe a estabelecer um ambiente dinâmico e colaborativo que facilite a troca de conhecimentos e a solução conjunta de desafios, maximizando o uso eficiente dos recursos institucionais, em especial os humanos e tecnológicos. A partir da coordenação de esforços, captura de ideias, análise de possibilidades tecnológicas, avaliação de riscos e outras ações, a iniciativa busca fomentar a inovação e a colaboração no Ministério Público.

Os módulos atualmente disponíveis para alimentação e consulta por parte dos ramos e unidades ministeriais são:

- O **Catálogo de Soluções Digitais**, que tem como finalidade reunir informações sobre as soluções tecnológicas utilizadas ou em desenvolvimento pelos ramos ou unidades do Ministério Público. O

catálogo é projetado para concentrar informações relevantes acerca das ferramentas de apoio à atuação finalística e administrativa, subdivididos em categorias especializadas em cada uma das áreas.

- O **Catálogo Contratações de Tecnologia da Informação (TI)**, que reunirá informações sobre os processos de licitação realizados pelos ramos e unidades para aquisição de bens ou serviços de TI, independente da fase em que se encontrem.
- O **Catálogo de Desafios**, que servirá como um repositório de informações sobre os desafios enfrentados pelos ramos e unidades, sejam eles bem-sucedidos ou não, em qualquer área de atuação. O catálogo preservará as lições aprendidas e se constituirá em uma valiosa fonte de conhecimento, facilitando a identificação de oportunidades para colaborações entre diferentes Ministérios Públicos que compartilham interesses comuns. Isso permitirá que problemas similares sejam resolvidos de forma mais eficaz, promovendo uma cultura de aprendizado e melhoria contínua.

Encontram-se ainda em fase de desenvolvimento:

- **Base de Dados Processuais**, a qual será constituída pelos dados de processos judiciais e extrajudiciais com tramitação nas unidades do Ministério Público, cadastrados de acordo com as tabelas unificadas de classes, assuntos e movimentos ([Resolução CNMP Nº 63, de 1º de dezembro de 2010](#)), resguardado o grau de sigilo definido na origem (art. 8º).
Trata-se de um mecanismo eletrônico de compartilhamento de dados de processos e procedimentos relativos à atuação institucional dos ramos e unidades, objetivando a eliminação do envio periódico ao CNMP, como preconizado pela Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011, que disciplina a sistemática de coleta de informações sobre a atividade funcional e administrativa do Ministério Público.
A arquitetura tecnológica da base de dados processuais já foi definida pela STI/CNMP, com apoio do SERPRO e da Microsoft, e atualmente está em fase de testes em sete Ministérios Públicos. O objetivo é avaliar a eficácia da solução, realizar ajustes necessários e, posteriormente, expandir a implementação para as outras unidades.
- **Catálogo de Bases de Dados**, internas ou obtidas a partir de fontes externas, que conterà, no mínimo, o nome do banco de dados e informações sobre sua origem, formato, fundamento jurídico, forma de obtenção, canal de distribuição, dicionário de dados e outros elementos definidos no Manual do MP Digital. O catálogo permitirá identificar as bases consumidas pelos ramos e unidades, o que facilitará o acesso ou possíveis integrações.
- O **Catálogo de Serviços de Integração** reunirá informações sobre as soluções de interoperabilidade utilizadas pelos Ministérios Públicos, visando, sobretudo, aprimorar a colaboração tecnológica no Ministério Público.
O GT e a STI estão trabalhando no desenvolvimento do Data Mash, uma estrutura destinada ao armazenamento e compartilhamento de bases de dados entre os ramos e unidades do MP e o CNMP. A arquitetura deste ambiente, já definida, inclui medidas de segurança e criptografia, permitindo que cada MP possua um espaço próprio para armazenar e compartilhar dados. Além disso, no segundo quadrimestre está previsto o lançamento de um banco nacional de dados de pessoas suspeitas de integrar organizações criminosas, iniciativa conjunta da Presidência do CNMP e dos Ministérios Públicos dos Estados de São Paulo, Paraíba e Acre.

Ambos os catálogos visam superar a fragmentação das informações indispensáveis à atuação ministerial, contribuindo para estabelecer uma base de conhecimento unificada em âmbito nacional.

Saiba mais:

[Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP lança a Plataforma MP Digital](#)



Acesse [o Manual do MP Digital](#)

Outras informações estão disponíveis na página da Plataforma: <https://cnmp.mp.br/mpdigital/>.



Saiba mais sobre a Estratégia Nacional do MP Digital:

Panorama Entrevista - Moacyr Rey e a Estratégia Nacional do MP Digital

Assista na íntegra: <https://youtu.be/iheEhYkGzys?si=9kgLwu0PlljUqAq>

1.2. CAPACITAÇÕES E EVENTOS

Capacitação: MP Digital e Inteligência Artificial descomplicada: fundamentos e aplicações práticas

Nos dias 16 e 17 de dezembro de 20124, foi realizada a capacitação **“Inteligência Artificial descomplicada: fundamentos e aplicações práticas”**, promovida pela CPE, por meio da Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital). O evento, transmitido ao vivo pelo canal do CNMP no YouTube, teve como público-alvo membros e servidores do Ministério Público, com o objetivo de **oferecer uma compreensão abrangente sobre os conceitos fundamentais e as aplicações práticas da Inteligência Artificial (IA) no contexto do Ministério Público.**

A programação incluiu palestras que exploraram desde os fundamentos teóricos até o uso prático da IA no cotidiano profissional. Na manhã de segunda-feira, 16, foram apresentadas as palestras “Descomplicando a IA: conceitos elementares”, ministrada pelo membro auxiliar Paulo Zeni, e “O que é um Prompt? Aplicações

técnicas e casos de uso”, conduzida pelos promotores de Justiça Rodrigo Fogagnolo e Fernando Barbosa Rubin.

Já na terça-feira, 17, os participantes acompanharam as apresentações “IA no Ministério Público: caminhos para sua aplicação prática”, com o promotor de Justiça João Sidou, e “Aprofundando: técnicas de uso da IA, ferramentas e plataformas”, ministrada pelo secretário de Tecnologia da Informação do CNMP, Paulo Célio Soares.

O evento cumpriu seu propósito de desmistificar o uso da Inteligência Artificial, demonstrando suas potencialidades e aplicações práticas para otimizar as atividades do Ministério Público.

Assista à íntegra da capacitação:

[Inteligência artificial descomplicada – dia 1](#)

[Inteligência artificial descomplicada – dia 2](#)

Congresso Nacional de Inovação e Tecnologia e VIII Mostra de Soluções de TI e Inovação



Entre os dias 19 a 21 de junho de 2024, o MP Digital realizou a **2ª edição do Congresso Nacional de Inovação e Tecnologia do Ministério Público**, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

O evento contou com palestras de especialistas renomados na área e incluiu a **VIII Mostra de Soluções de Inovação e Tecnologia do Ministério Público**, cujo objetivo foi promover a troca de experiências e de soluções tecnológicas entre os ramos e unidades do MP. Na edição de 2024, a Mostra destacou a apresentação de casos práticos (projetos, aplicações, sistemas e outras iniciativas) que foram objeto de visitas técnicas realizadas pelo **MP Digital**, além das soluções descritas em levantamentos oficiais, como o **ofício-circular nº 57/2023/CPE**. As apresentações abordaram

quatro principais temáticas: **Tecnologias Emergentes (IA e IA Generativa)**, **Soluções para área-meio**, **Soluções para área-fim**, e **Estratégia, Planejamento e Boas Práticas**.

Saiba mais:

[De 19 a 21 de junho, CNMP realiza o 2º Congresso de Inovação e Tecnologia do MP e VIII Mostra de Soluções de Inovação e Tecnologia](#)

[“Eventos como esse são cruciais para o fortalecimento da cultura de inovação no Ministério Público”, diz conselheiro Moacyr Rey Filho, sobre o 2º Congresso Brasileiro de Inovação e Tecnologia do MP](#)

Inteligência Artificial Generativa na Atividade do Ministério Público: Limites e Possibilidades

Nos dias 10 e 11 de abril de 2024, o MP Digital promoveu a **capacitação “Inteligência Artificial Generativa na Atividade do Ministério Público: Limites e Possibilidades”** na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em Brasília.



O evento incluiu palestras e oficinas que abordaram desde o **pensamento computacional** até a **aplicação prática de ferramentas de inteligência artificial (ia)** na escrita jurídica, como o **CHAT-GPT** e o **CLOUD-AI**. O objetivo foi fornecer aos participantes uma visão abrangente sobre a adoção de práticas inovadoras e a implementação de tecnologias de IA no contexto do Ministério Público brasileiro, destacando como essas ferramentas podem ser aplicadas no **trabalho diário**, ampliando a eficiência e a eficácia da atuação.

Saiba mais:

[Conselho oferece capacitação sobre uso de tecnologias de inteligência artificial generativa no Ministério Público brasileiro](#)

[Uso de tecnologias de inteligência artificial generativa no Ministério Público foi tema de capacitação promovida pelo CNMP no MPDFT](#)

Contratações de TI e Inovação

Nos dias 15 e 16 de maio de 2024, o MP Digital promoveu uma capacitação sobre contratações de TI e inovação, abordando o tema sob a perspectiva da [Resolução CNMP nº 283/2024](#) e do [Manual de Orientações Técnicas \(MOTec\) para Contratações de Tecnologia da Informação \(TI\)](#) no Ministério Público brasileiro. O evento também contou com o compartilhamento de experiências práticas do Tribunal de Contas da União, que apresentou exemplos de contratações inovadoras, oferecendo uma visão prática e estratégica sobre o tema.

Saiba mais:

[CNMP capacita integrantes do MP para contratações em Tecnologia da Informação e Inovação](#)

[CNMP disciplina, no Ministério Público, procedimentos relativos à contratação de soluções de tecnologia da informação](#)

[CNMP publica Manual de Orientações Técnicas para Contratações de Tecnologia da Informação \(TI\) no Ministério Público](#)

1.3. DIAGNÓSTICOS E LEVANTAMENTOS



Destreza Digital

O [Diagnóstico da Destreza Digital](#), realizado pela CPE, teve por objetivo avaliar a mentalidade e maturidade digital dos ramos e unidades do Ministério Público em oito dimensões: São elas:

- Estratégia Digital da Organização: direcionamento da agenda digital;
- Serviços ao Cidadão: quantidade e qualidade dos serviços digitais oferecidos;
- Pessoas: posições chave para adotar e promover a inovação digital;

- Governança: procedimentos e políticas que guiam a adoção digital;
- Liderança: comprometimento dos líderes na transformação digital;
- Operações: eficiência dos recursos integrados para apoiar a digitalização;
- Cultura: predisposição para inovação e adaptação ao digital; e
- Tecnologia: adoção e otimização de ferramentas tecnológicas.

Os resultados nacionais da pesquisa demonstram a situação atual da agenda digital no MP brasileiro, auxiliando na orientação das ações do MP Digital. Além disso, cada MP recebeu um relatório com a análise de sua situação específica em todas as dimensões, permitindo um direcionamento preciso dos esforços de transformação digital.

Para mais informações e atualizações sobre o projeto de Diagnóstico da Destreza Digital, [acesse a página do MP Digital](#).

[Confira os resultados do Diagnóstico da Destreza Digital](#)

Iniciativas de inteligência artificial

O [Relatório de Levantamento de Iniciativas de Inteligência Artificial no Ministério Público](#) apresenta as soluções tecnológicas desenvolvidas com o uso de IA nos ramos e unidades ministeriais.

O mapeamento foi realizado por meio de um formulário, no qual os ramos e unidades do MP forneceram informações detalhadas sobre suas iniciativas.

O objetivo foi compreender o estágio atual e as perspectivas futuras da adoção de tecnologias de IA no âmbito do Ministério Público, permitindo direcionar de forma mais eficaz a atuação estratégica do **MP Digital** no fomento à evolução digital da instituição.



Governança de dados

Com o propósito de melhor compreender o contexto da cultura e governança de dados dos Ministérios Públicos e, assim, direcionar a atuação da Rede Nacional de Inovação e do MP Digital, o MP Digital encaminhou aos Ministérios Público o **formulário de maturidade de dados**, em formato Excel, e o respectivo manual. O formulário é parte do [Modelo de Maturidade em Dados \(MMD\) da Administração Pública Federal, elaborado pela Secretaria de Governo Digital](#) e seu Subcomitê de Governança de Dados, sendo um instrumento utilizado para avaliar a maturidade em políticas, processos, papéis, responsabilidades, uso de tecnologias, dentre outros, de governança e gestão de dados.

Com base nas informações fornecidas pelas unidades ministeriais, foi possível elaborar um diagnóstico geral concernente à maturidade da governança de dados do Ministério Público brasileiro. A pontuação média obtida foi 1.8, o que corresponde ao nível "Não Iniciado", o que indica que o Ministério Público brasileiro precisa avançar na estruturação da sua governança de dados. A pontuação baixa em diversos tópicos sugere a ausência de processos e práticas básicas para o gerenciamento eficiente dos dados.

Com o intuito de melhorar esse quadro, o MP Digital irá trabalhar no sentido de promover nas unidades ministeriais a criação de uma estratégia clara de governança de dados, onde devem ser definidos papéis e responsabilidades e objetivos específicos que englobem os tópicos analisados durante o diagnóstico.

Diante da baixa pontuação, fica evidente que há muitos pontos a serem melhorados e que cada unidade deverá identificar suas prioridades para compor sua estratégia, mas, de forma geral, é crucial implementar práticas básicas de gerenciamento de dados, como:

- Verificação da qualidade dos dados: implementar mecanismos para garantir a precisão, consistência e confiabilidade dos dados coletados e armazenados.
- Padronização de documentação: estabelecer padrões para a descrição, organização e armazenamento de dados.
- Controle de acesso aos dados: definir regras e permissões para o acesso aos dados, garantindo a segurança e a privacidade das informações.
- Capacitação dos colaboradores (servidores e membros): treinamentos sobre literacia em dados, ética na utilização de dados e boas práticas de gerenciamento permitirão que os integrantes do Ministério Público utilizem os dados de forma mais eficaz e responsável.

Ao tomar essas medidas, o Ministério Público poderá progredir no caminho da maturidade em governança de dados e aproveitar o potencial dos dados para aprimorar seus serviços e cumprir sua missão institucional.

1.4. PUBLICAÇÕES

Construção da Estratégia Nacional do MP Digital: Inovação e Transformação Digital no Ministério Público



A publicação **“Construção da Estratégia Nacional do MP Digital: Inovação e Transformação Digital no Ministério Público”**, detalha o processo de construção e implementação da **Estratégia Nacional do MP Digital**, destacando os desafios e oportunidades identificados por meio de diagnósticos, visitas institucionais e estudos de estratégias digitais nacionais e internacionais.

O documento também fundamenta o desenvolvimento da Plataforma MP Digital, concebida como uma ferramenta essencial para promover a colaboração entre os ramos e unidades do Ministério Público, **otimizando o compartilhamento de informações e fortalecendo a atuação conjunta** para trazer mais **eficiência, economia** e resultados positivos para toda a sociedade.

Manual de Orientações Técnicas De Contratações De Ti (Motec)



O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) publicou no dia 5 de abril, o Manual de Orientações Técnicas (MOTec) para Contratações de Tecnologia da Informação (TI) no Ministério Público brasileiro.

O manual orienta os processos de trabalho das contratações de soluções de TI e soluções de inovação, principalmente quanto ao planejamento, seleção de fornecedores e gestão contratual.

O documento foi instituído pela [Resolução CNMP nº 283/2024](#), que disciplina, no âmbito do Ministério Público, procedimentos relativos à contratação de soluções de tecnologia da informação.

Acesse a íntegra do [Manual de Orientações Técnicas de Contratações de TI \(MOTec\)](#).

1.5. VISITAS TÉCNICAS INSTITUCIONAIS PARA CONHECIMENTO DE INICIATIVAS TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO

Com objetivo de conformar novas experiências do exercício da atividade finalística, especialmente no que se refere ao uso de ferramentas tecnológicas aptas a potencializar a efetividade da atuação ministerial, a CPE promoveu visitas técnicas institucionais às unidades e ramos do Ministério Público.

A iniciativa faz parte da Estratégia Nacional do MP Digital, que tem entre os objetivos contribuir para a inovação digital no Ministério Público, por meio da coordenação de esforços, do compartilhamento de boas práticas e da atuação colaborativa entre os ramos e unidades

Unidade Ministerial	Ferramentas	Resumo da ferramenta
Ministério Público do Estado do Piauí (24 de janeiro)	Busca Integrada de Dados (BID)	Permite o acesso, de forma integrada e instantânea, de informações cadastrais de pessoas físicas e jurídicas e veículos, em banco de dados hospedados, abertos ou cooperados com o MPPI, quando for de interesse público e da investigação, procedimento administrativo ou do processo judicial, dando celeridade, praticidade e efetividade à atividade ministerial. Tem como diferencial a busca integrada a bancos de dados de entidades externas, por meio de APIs desenvolvidas em parceria com as respectivas áreas de TI.
	Sistema de Monitoramento de Materiais Questionados (SIMQ)	Sistema que viabiliza a custódia de materiais digitais apreendidos, produzindo link de acesso para referência em processos judiciais, sem a necessidade de anexação do conteúdo nos referidos processos.
	Sistema de Monitoramento de Organizações Criminosas Violentas (SISMOV)	Painel eletrônico que apresenta dados relacionados a organizações criminosas, com o objetivo de aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público.
	Perfil “PPE – Pesquisas”	Disponibilização pelas forças policiais do governo estadual de senha de acesso ao sistema SINESP-PPE, utilizado para o registro de Termos Circunstanciados, Inquéritos Policiais, Autos de Prisão em Flagrante, entre outros. Utilizado no MPPI para o controle externo da atividade policial. Para além permitir a fiscalização e acompanhamento do registro e a tramitação de boletins de ocorrência e procedimentos policiais nas unidades da Polícia Civil, em tempo real, o Ministério Público passou a dispor de tecnologia inovadora para aferir o grau de resolutividade e a concretude das investigações da polícia judiciária.
	Postos Fiscalizados, Rede de Promotorias, Consumidor.gov, Proconsumidor e Gestão de Processos	Painel eletrônico que apresenta informações sobre a atuação dos órgãos de defesa do consumidor no estado do Piauí.

Unidade Ministerial	Ferramentas	Resumo da ferramenta
Ministério Público do Estado do Ceará (20 e 21 de fevereiro)	Programa MPCE+Digital	O programa "MPCE + Digital" é a estratégia digital do Ministério Público do Estado do Ceará, fundamentada em três pilares principais: resolatividade das demandas da sociedade de forma acessível, rápida e digital; transparência; e modernização e inovação da gestão. Essa estratégia visa levar os benefícios da digitalização para todas as áreas do MPCE, abrangendo gestão, tecnologia e soluções, por meio de diversos subprogramas. O "MPCE + Gestão" busca aprimorar os processos e a administração da instituição, enquanto o "MPCE + Conectado" ou "MPCE + Tecnológico" tem como objetivo a evolução tecnológica do Ministério Público. Já o "MPCE + Integrado" ou "MPCE + Resolutivo" visa a implantação de soluções digitais para melhorar a prestação de serviços à sociedade. O programa engloba uma série de projetos que buscam não apenas aprimorar a gestão e a tecnologia, mas também promover uma transformação digital abrangente na instituição, incluindo a melhoria de processos, o desenvolvimento e implantação de soluções tecnológicas, e a capacitação dos membros e servidores por meio da alfabetização digital. O objetivo final é que a transformação digital ocorra de forma ampla, mudando completamente a instituição e não se limitando apenas à adoção de novas tecnologias, visando assim melhorar a prestação de serviços à sociedade e tornar o MPCE mais eficiente e resolutivo. Financiamento BID: O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) conta com um investimento de 10 milhões de dólares, proveniente de um empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para desenvolver o programa "MPCE + Digital". Com prazo de 5 anos, o projeto viabilizará a implantação de diversos programas e projetos voltados para a transformação digital do MPCE, seguindo uma governança e uma metodologia orientadas pelo BID. Esse financiamento é fundamental para impulsionar a estratégia digital da instituição, permitindo a execução de iniciativas que abrangem a melhoria da gestão, o avanço tecnológico e a implementação de soluções inovadoras, visando aprimorar a prestação de serviços à sociedade e tornar o MPCE mais eficiente e resolutivo.
	Fonte da Verdade	O projeto "Fonte da Verdade" é uma iniciativa que visa criar um repositório central de dados confiável e consistente, servindo como referência única para todas as aplicações e setores da instituição. Cada tabela do repositório possui um "dono" responsável por gerenciar e manter as informações, inicialmente centralizado na Secretaria de Planejamento, mas com a perspectiva de distribuir a responsabilidade entre os setores de acordo com suas áreas de atuação. O projeto também conta com um dicionário de dados que documenta e descreve detalhadamente cada tabela, seus campos, tipos de dados, relacionamentos e regras de negócio associadas, fornecendo uma compreensão clara e padronizada dos

Unidade Ministerial	Ferramentas	Resumo da ferramenta
Ministério Público do Estado do Ceará (20 e 21 de fevereiro)		dados armazenados no repositório, facilitando a integração e o desenvolvimento dos sistemas do MPCE.
	Portal de Serviços	O portal de serviços tem por objetivo otimizar e automatizar, na maior escala possível, os processos administrativos existentes no MPCE, tornando-os mais eficientes e reduzindo a necessidade de esforço humano para sua realização. Atualmente, uma ampla gama de serviços já está disponível na plataforma, facilitando o acesso de membros e servidores a serviços da área administrativa com menos esforço dos servidores que antes os realizavam manualmente. Dessa forma, há uma liberação de mão de obra e recursos, possibilitando a alocação em temas mais estruturantes para a gestão do MPCE. Um exemplo importante é a gestão de férias dos membros, em que regras complexas são gerenciadas automaticamente pelo sistema. O portal está se expandindo para toda a área administrativa, inclusive no ambiente complexo da folha de pagamento, e em breve começará a gerar produtos também para a área finalística.
Ministério Público do Estado do Amazonas (7 e 8 de maio)	Programa Estratégico de Inovação e Transformação Digital	O Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) está implementando o Programa Estratégico de Transformação Digital, inspirado na Estratégia Nacional do MP Digital, com o objetivo de promover uma ampla modernização e inovação na instituição. Sob a condução do ImpactaLab - Laboratório de Inovação do MPAM, o programa engloba três projetos principais: Inovação 360º: visa fomentar a cultura de inovação na instituição por meio de cursos de alfabetização digital para todos os membros e servidores, capacitações específicas para profissionais de TI e inovação, e ciclos de inovação aberta que envolvem a sociedade, startups e universidades. Esses ciclos contam com etapas desde a identificação de desafios até a implementação de soluções, passando pelo desenvolvimento de POCs. O projeto é financiado pelo Programa Prioritário da Lei da Informática do Estado do Amazonas, que destina 4,5 milhões de reais em 3 anos para sua execução, garantindo a infraestrutura e recursos necessários para estimular a criatividade, colaboração e adoção de novas tecnologias e metodologias em todas as áreas do MPAM, visando a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade. Data Sphere: Digital do MPAM, tem como objetivo implementar uma estratégia de governança de dados, criando um repositório central e confiável de informações para embasar a tomada de decisões e melhorar a eficiência operacional. O projeto está dividido em três fases: a primeira, chamada de Estruturante, com duração de 18 meses, concentra-se na arquitetura da solução e na gestão adequada dos dados, estabelecendo as fundações necessárias para as fases seguintes. A segunda fase, com duração de 15 meses, é voltada para a Ciência de Dados aplicada ao público interno, capacitando os servidores e membros do MPAM para utilizar técnicas avançadas de análise de dados, permitindo insights mais profundos e decisões mais embasadas. A terceira e última fase,

Unidade Ministerial	Ferramentas	Resumo da ferramenta
Ministério Público do Estado do Amazonas (7 e 8 de maio)	Programa Estratégico de Inovação e Transformação Digital	também com 15 meses de duração, estende a Ciência de Dados para o público externo, disponibilizando informações e análises relevantes para a sociedade, aumentando a transparência e a colaboração com outras instituições e cidadãos, fortalecendo assim o papel do MPAM como agente de transformação social. LabSIn: O projeto LabSIn (Laboratório de Soluções Inteligentes), parte do Programa Estratégico de Transformação Digital do MPAM, é um sandbox que visa capacitar lideranças setoriais de diversas áreas para criar soluções inteligentes baseadas em dados e Inteligência Artificial (IA), aproveitando o repositório central de informações do projeto Data Sphere como fonte confiável de dados, permitindo assim o desenvolvimento de produtos inovadores que impactem positivamente a atividade-fim e a gestão administrativa da instituição, por meio da colaboração interdisciplinar e da disseminação da cultura de inovação.
	Conectividade – Starlink	O projeto de conectividade do MPAM está em sua fase final de contratação e tem como objetivo principal melhorar significativamente a velocidade e a qualidade da conexão de internet em todas as unidades da instituição. Para as localidades cobertas por fibra ótica, serão realizados upgrades nas velocidades de banda, garantindo uma conexão mais rápida e estável. Já para as áreas não atendidas por fibra, onde atualmente a velocidade média é de apenas 4 Mbps, será implementada a tecnologia Starlink, uma solução de internet via satélite de alta performance desenvolvida pela SpaceX. Com a adoção do Starlink, essas localidades terão um salto expressivo na velocidade de conexão, passando a contar com mais de 100 Mbps de banda.
Ministério Público do Estado do Pará (21 de maio)	Sistema de "Frota de Veículos Oficiais"	O sistema de "Frota de Veículos Oficiais" do Ministério Público do Pará (MPPA) foi desenvolvido com o Power Apps para unificar dados relacionados ao serviço de transporte, como veículos, motoristas, contratos, abastecimentos e controle de hodômetros. Antes de sua implementação, essas informações estavam dispersas em várias planilhas. O aplicativo permite a consulta de dados de qualquer lugar via celular com internet, facilitando o gerenciamento e a supervisão dos veículos oficiais. Ele também se integra ao Excel e ao SharePoint, centralizando a base de dados e proporcionando acesso rápido e eficiente aos usuários.
Ministério Público do Estado do Maranhão (5 de junho)	Software E-Control	O sistema foi desenvolvido para dar suporte às correções realizadas pela Corregedoria-Geral do MPMA nas Promotorias de Justiça. O E-Control facilita a coleta de informações nas unidades de execução e disponibiliza dados estatísticos relativos às atividades dos membros registradas no Sistema Integrado do Ministério Público (Simp).

Unidade Ministerial	Ferramentas	Resumo da ferramenta
Ministério Público do Estado de Mato Grosso (8 e 9 de julho)	Escriba	Solução tecnológica avançada, utilizando inteligência artificial, para transcrição de áudio em texto, visando aumentar a eficiência e precisão na documentação e análise de informações no MPMT. A ferramenta visa automatizar o processo de transcrição, reduzir o tempo gasto na documentação de áudios e melhorar a qualidade das transcrições realizadas, contribuindo assim para uma gestão mais eficaz e ágil das informações institucionais.
	Assistente Virtual do Promotor de Justiça	A aplicação, um assistente virtual integrado ao Sistema de Gestão de Processos Judiciais e Extrajudiciais – SIMP, auxilia promotores em diversas funções, como análise de processos, criação de minutas, resumos e interação via chatbot. O assistente fornece respostas rápidas e precisas, agilizando a localização de informações específicas dentro dos processos, aumentando a produtividade, a qualidade e a precisão nas análises jurídicas.
	Sistema de Gestão e Planejamento do MPMT - SISPLAN	Visando aprimorar sua eficiência e reduzir custos, o MPMT desenvolveu e implementou um Sistema de Gestão e Planejamento inovador com foco nas ações do Planejamento Estratégico Institucional. Baseado no Balanced Scorecard (BSC), integra perspectivas estratégicas, objetivos, metas e indicadores, além de ferramentas de gestão de projetos e planos de ação das iniciativas das áreas Finalísticas, Administrativas, Diretoria e Administração Superior. Essa iniciativa permite o planejamento e gerenciamento das ações estratégicas e institucionais, automatizando os processos e informações para o monitoramento, controle e tomada de decisões nos níveis operacionais, táticos e estratégicos.
Ministério Público do Estado de Sergipe (2 de setembro)	MP Transcrição	Sistema desenvolvido para facilitar o processo de transcrição de áudios e vídeos em texto, especialmente em contextos como audiências, depoimentos, e outras atividades processuais. A ferramenta tem como objetivo agilizar e automatizar a conversão de informações orais em documentos escritos, proporcionando maior eficiência e precisão na elaboração de registros oficiais. O sistema utiliza a tecnologia whisper (OpenAI) de reconhecimento de fala e inteligência artificial.

Saiba mais:

[Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP conhece 18 soluções tecnológicas do MPPI](#)

[MP do Ceará apresenta ao CNMP Programa de Transformação Digital desenvolvido pela instituição](#)

[Conselheiro do CNMP faz visita técnica ao MPAM para conhecer iniciativas de inovação](#)

[Comissão do CNMP conhece sistemas de tecnologia da informação do MPMT](#)

1.6. ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP)

O CNMP, por intermédio da Comissão de Planejamento Estratégico, assinou, no dia 13 de agosto, acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com o Operador Nacional do Sistema Eletrônico (Onserp) para viabilizar o acesso às informações que integram o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP).

Neste primeiro momento, o CNMP concentrará seus esforços na integração dos sistemas, preparando o caminho para que os ramos e unidades do Ministério Público possam, em seguida, aderir ao acordo e acessar, plenamente, as informações do SERP.

Saiba mais:

[CNMP firma acordo para acesso ao Sistema Eletrônico dos Registros Públicos \(SERP\)](#)

Também está em andamento a celebração de ACT com o CNJ e o Colégio Notarial do Brasil/Conselho Federal (CNB-CF), para o acesso ao módulo de consulta das autoridades da **Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC)**, nos termos do Provimento 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça, Código Nacional de Normas, caput do artigo 279 e §2º; art. 280 e seus parágrafos.

1.7. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

8º Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação dos Ministérios Públicos e Tribunais de Contas (Enastic)

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) apresentou, no dia 20 de março, durante o 8º Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação dos Ministérios Públicos e Tribunais de Contas (Enastic), a Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital). O evento aconteceu entre os dias 19 e 21 de março, na sede do Ministério Público do Estado de Tocantins (MPTO).

Promovido em parceria com Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO), o objetivo do encontro foi promover reflexões sobre o uso da tecnologia para criação de métodos de trabalho inovadores que sejam mais céleres e eficientes e que garantam maior efetividade dos direitos do cidadão e dos interesses da sociedade.

O conselheiro e presidente da CPE, Moacyr Rey, em conjunto com o membro auxiliar Guilherme Zattar, foi responsável pela exposição da Estratégia Nacional do MP Digital, que tem por objetivo estabelecer diretrizes de governança e gestão que impulsionem o desenvolvimento, a coordenação, o planejamento, a priorização e a implementação de estratégias de inovação e fomento à evolução digital no Ministério Público, resguardadas as especificidades locais e a autonomia institucional.

A apresentação destacou o papel do CNMP em atuar como plataforma de integração entre os ramos e unidades do MP, de forma a promover a atuação conjunta para superação de desafios comuns e desenvolver uma agenda robusta de inovação e transformação digital em toda a Instituição.

Saiba mais:

[CNMP apresenta Estratégia Nacional do MP Digital na 8ª edição do Enastic](#)

Adapta Summit

A Inteligência Artificial Generativa no Setor Jurídico e suas Implicações para a Sociedade foi o tema da palestra do conselheiro Moacyr Rey Filho, presidente da Estratégia Nacional do MP Digital e da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no Adapta Summit, em São Paulo. Realizado nos dias 26 e 27 de julho, o evento recebeu mais de quatro mil participantes e reuniu especialistas e líderes de tecnologia e inovação para explorar o potencial transformador da Inteligência Artificial Generativa.

Em sua apresentação no segundo dia do evento, 27 de julho, o conselheiro demonstrou como a Inteligência Artificial Generativa (IAG) está sendo aplicada para melhorar a eficiência na gestão de processos no Ministério Público. Para exemplificar, ele falou sobre o case do estado de Mato Grosso (MPMT), que utiliza a ferramenta “Assistente Virtual do Promotor de Justiça”.

O conselheiro afirmou que “a IAG não substitui a atuação fundamental dos membros do Ministério Público, mas libera os profissionais de tarefas repetitivas e burocráticas, permitindo que se concentrem em atividades mais estratégicas e preventivas para atender de forma mais eficaz às demandas da sociedade”.

Saiba mais:

[Conselheiro Moacyr Rey Filho fala sobre o uso da Inteligência Artificial Generativa no Ministério Público durante o Adapta Summit em São Paulo](#)

3ª Edição do Forensics Meeting

A 3ª Edição do Forensics Meeting, promovida pelo Grupo TechBiz, com o apoio do Ministério Público de Goiás (MPGO), ocorreu nos dias 20 a 23 de agosto, tendo como tema central Inovação Tecnológica, Perícia e Investigação Digital. Abrindo a programação científica, a primeira mesa de debates foi mediada pelo promotor Carlos Wolff e teve como convidados o conselheiro Moacyr Rey e os promotores Octávio Neto (MPPB) e Leonardo Romanelli (MPSP). Eles abordaram o tema Inovação nos Ministérios Públicos, a partir de experiências na atuação investigativa e, também, com o estabelecimento da Estratégia Nacional do MP Digital.

Saiba mais:

[Com apoio do MPGO, evento de inovação tecnológica na área forense reúne mais de 400 participantes de todo o País](#)

Inteligência Artificial no MPDFT

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) promoveu palestra no dia 7 de maio, sobre iniciativas em tecnologia com o tema “Inteligência Artificial no MPDFT”. No evento, destinado exclusivamente aos integrantes da instituição, foi discutido como as soluções baseadas em IA podem transformar os processos, a gestão de dados e a tomada de decisões, garantindo maior rapidez e precisão nas ações e na oferta de serviços à sociedade.

O conselheiro nacional do MP e presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, Moacyr Rey Filho, também falou sobre o uso da IA dentro das instituições como forma de melhorar o trabalho no contexto jurídico. O conselheiro apresentou a Estratégia Nacional do Ministério Público Digital, destacando que a iniciativa é um passo fundamental para modernizar e integrar as práticas do Ministério Público em todo o país, fortalecendo nossa atuação de maneira colaborativa e estratégica.

Saiba mais: [MPDFT debate o uso e o avanço da inteligência artificial no contexto jurídico](#)

Palestras sobre Inteligência Artificial

Ao longo de 2024, o Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, Moacyr Rey, ministrou diversas palestras sobre o tema "Uso da Inteligência Artificial Generativa no Ministério Público". Em cada evento, o conselheiro destacou o papel das tecnologias de IA na construção do "MP do Futuro", abordando como elas podem promover a conciliação entre eficiência operacional e inovação estratégica.

As apresentações tiveram como foco principal explorar o potencial transformador da IA generativa nos processos internos do Ministério Público e seu impacto positivo na entrega de justiça. Moacyr Rey reforçou o compromisso do MP com a modernização, demonstrando a relevância social da adoção dessas tecnologias.

As palestras foram realizadas em diferentes localidades e eventos de destaque, incluindo:

- Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, nos dias 30 de setembro e 1º de outubro;
- 8ª edição do Expojud, em 15 e 16 de outubro;
- Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná, em 18 de outubro;
- Universidade de Várzea Grande, em 25 de outubro;
- I Congresso do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, em 29 de outubro;
- Congresso Estadual do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em 29 de novembro.

Saiba mais:

<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/17937-conselheiro-discute-inovacao-e-inteligencia-artificial-em-evento-do-ministerio-publico-de-sao-paulo>

<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/17991-conselheiro-moacyr-rey-discute-inovacao-e-inteligencia-artificial-no-expojud-2024>

<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/18003-plataforma-mp-digital-e-inteligencia-artificial-no-ministerio-publico-sao-destaques-em-oficina-do-mppr>

<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/18030-cnmp-discute-usos-da-inteligencia-artificial-generativa-no-ministerio-publico-em-congressos>

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1. REVISÃO DO PEN-MP (2020-2029)

Nos termos da [Resolução CNMP nº 147/2016](#), compete à CPE, entre outras atribuições, monitorar o PEN-MP e adotar as providências necessárias à sua implementação e cumprimento.

Ainda, nos termos da citada Resolução, compete à CPE a revisão do PEN-MP.

Nesse contexto, em 2023, a CPE promoveu oficinas para a 1ª Revisão do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP 2020 a 2029). Na oportunidade, foram revistos os programas e ações estratégicas, mantendo-se os demais elementos do plano original.

Durante a 2ª Sessão Ordinária de 2024, realizada em 7 de fevereiro, a CPE divulgou o relatório final da primeira revisão do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP 2020-2029).

Entre outros destaques, o relatório apresenta os resultados quantitativos – quantidade de programas e ações para cada objetivo estratégico – e os resultados qualitativos – texto final dos programas estratégicos priorizados para o triênio 2024-2026. Ao todo, foram compilados 35 programas e 93 ações.

O processo de revisão, iniciado em maio, contou com a participação de representantes do CNMP (comissões temáticas, Ouvidoria e Corregedoria Nacional), do Fórum Nacional de Gestão (FNG) e de todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro.

O método adotado envolveu uma ampla coleta de dados, seguida por um processo de análise e priorização por meio de votação dos representantes das unidades e ramos do MP. Essa abordagem garantiu que as etapas do processo ocorressem de forma democrática e participativa, conferindo legitimidade aos resultados alcançados em todas as fases de execução.

[Leia aqui o relatório final da Revisão do PEN](#)

Saiba mais:

[Comissão do CNMP divulga relatório final da primeira revisão do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público para o decênio 2020-2029](#)



2.2. RADAR ESTRATÉGICO

O Radar Estratégico, instrumento de acompanhamento do PEN, possibilita monitorar os avanços institucionais da área de planejamento e gestão estratégica de todas as unidades e ramos do Ministério Público (MP) por meio da coleta de dados e pelo processamento de informações.

No dia 3 de março, a CPE divulgou os resultados do Radar Estratégico 2024 (ano-base 2023).

O índice geral de contribuição das unidades e ramos do Ministério Público ao Planejamento Estratégico Nacional (PEN 2020-2029) em 2023 foi de 66,51%, superando o registrado no ano anterior, de 64,66%.

Os dados estão disponíveis na página da CPE e são publicados no painel *Business Intelligence* (BI) do [Radar Estratégico](#).

Saiba mais: [CNMP divulga resultados do Radar Estratégico de 2024](#)

Ao longo dos três anos de vigência do PEN-MP, revisado (2024-2026), cada unidade definirá anualmente 31 ações estratégicas para serem executadas, deixando para os anos subsequentes as ações ainda não contempladas nos anos anteriores. Com isso, o preenchimento do Radar Estratégico também observará essas escolhas, garantindo que a unidade ou ramo do MP tenha foco e autonomia para contribuir com o Planejamento Estratégico Nacional, de acordo com suas capacidades institucionais. Assim, o plano poderá ser cumprido de maneira escalonada e planejada, respeitando as particularidades e as necessidades de cada unidade do Ministério Público.

3. PRÊMIO CNMP

Instituído pela [Resolução CNMP nº 94, de 22 de maio de 2013](#), o Prêmio CNMP é instrumento para identificar, premiar e disseminar projetos e programas bem-sucedidos do Ministério Público brasileiro, que contribuam para a melhoria da eficiência institucional e dos serviços prestados à sociedade.

Os trabalhos fazem parte das mais de três mil iniciativas cadastradas no [Banco Nacional de Projetos \(BNP\)](#), ferramenta responsável por coletar e disseminar práticas bem-sucedidas no Ministério Público.

Os projetos concorrerão em uma das nove categorias: I - Investigação e inteligência; II - Persecução penal e cível; III - Integração e articulação; IV - Transversalidade dos direitos fundamentais; V - Fiscalização das

políticas e dos recursos públicos; VI - Diálogo com a sociedade; VII - Governança e gestão; VIII – Sustentabilidade; e IX- categoria especial.

O tema da categoria especial este ano será “tecnologias disruptivas ou emergentes”, assim consideradas aquelas recentemente adotadas ou em fase de desenvolvimento, com grande potencial de promover mudanças significativas nos modelos atuais de operação das entidades públicas, a exemplo de *Blockchain*, Inteligência Artificial (IA) e Realidade Virtual (RV).

A cerimônia de premiação aconteceu no dia 27 de novembro de 2024, no auditório do CNMP.

Acesse o portal do Prêmio CNMP, disponível no endereço eletrônico <https://www.cnmp.mp.br/premio/>.

Saiba mais:

[Prêmio CNMP 2024 tem 651 projetos pré-habilitados](#)

[Comissão divulga as 45 iniciativas semifinalistas da edição 2024 do Prêmio CNMP](#)

[Prêmio CNMP Edição 2024: divulgados os 27 programas e projetos finalistas](#)

[Conselho Nacional do Ministério Público divulga os 27 vencedores da edição 2024 do Prêmio CNMP](#)

4. COMITÊ GESTOR NACIONAL DAS TABELAS UNIFICADAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CGNTU)

O Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas (CGNTU) atua na uniformização taxonômica para fins de registro de informações judiciais, extrajudiciais e de atividades não procedimentais no Ministério Público. A boa gestão das tabelas e a correta aplicação pelos MPs garantem uniformidade na alimentação dos dados da atuação, assegurando maior precisão estatística para apoiar a implementação de políticas efetivas com base em evidências.

As normas que disciplinam o Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas (CGNTU) constam da [Resolução CNMP nº 63, de 1º de dezembro de 2010](#), da [Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2014](#), e da [Portaria CNMP-PRESI nº 182, de 14 de junho de 2022](#).

O aperfeiçoamento do Sistema das Tabelas Unificadas é feito continuamente pelo CNMP, em conjunto com as unidades e ramos, os quais encaminham dúvidas e sugestões para análise do Comitê Gestor Nacional.

Para assegurar a representatividade dos ramos e unidades do Ministério Público, a composição do Comitê, prevista na [Portaria CNMP-PRESI nº 183, de 14 de junho de 2022](#), possui em sua formação, além de integrantes indicados pela CPE, quatro representantes do Ministério Público da União, indicados pelo Procurador-Geral de cada um de seus ramos; três representantes do Ministério Público dos Estados, sendo um representante indicado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE) e dois indicados pelo Conselho Nacional de Corregedores-Gerais (CNCGE); um representante indicado pela Corregedoria Nacional do Ministério Público; e dois representantes indicados pela Secretaria-Geral do CNMP.

Em 2024, foram realizadas quatro reuniões ordinárias (13 de março, 5 de junho, 11 de setembro e 27 de novembro), onde foram abordadas inserções de novos assuntos, movimentos e classes processuais, além de deliberações e questionamentos dos comitês estaduais das unidades e ramos do Ministério Público.

As atas das reuniões estão disponíveis no endereço eletrônico (<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/comissoes/comissao-de-planejamento-estrategico/tabelas-unificadas-do-ministerio-publico-brasileiro/comite-gestor-nacional>).

Saiba mais:

[Na primeira reunião ordinária do ano, Comitê Gestor Nacional de Tabelas Unificadas aborda inserções de novos assuntos, movimentos e classes processuais](#)

[Comitê Gestor Nacional de Tabelas Unificadas debate inserções de novos assuntos, movimentos e classes processuais](#)

[Comitê dialoga sobre aperfeiçoamentos na gestão das Tabelas Unificadas do Ministério Público em reunião ordinária](#)

5. FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (FNG-MP)

O Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP), presidido e coordenado pela CPE, foi criado em 2012 pela [Portaria CNMP/PRESI nº 25, de 23 de março de 2012](#) e reestruturado em 2014 pelas [Portarias CNMP/PRESI nº 70, de 27 de março de 2014](#) e [nº 144, de 03 de julho de 2014](#).

Nos termos do art. 16, parágrafo único, da Portaria CNMP/PRESI nº 70, de 27 de março de 2014, o FNG-MP é vinculado à CPE.

O FNG-MP tem por objetivo promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização, a articulação e a implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade fim do Ministério Público.

Para essa finalidade, o Fórum é estruturado em comitês temáticos, quais sejam: Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (CPTI); Comitê de Políticas de Comunicação Social (CPCom); Comitê de Políticas de Gestão Administrativa (CPGA); Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária (CPGO), Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas (CPGP) e Comitê de Política de Gestão Estratégica (CPGE). Atuam junto ao FNG-MP os Representantes da Administração Superior (RAS), grupo composto por membros da alta administração, os quais cooperam para ampliar, aprimorar e conferir efetividade às deliberações do Fórum.

A composição do FNG está disposta na [Portaria CNMP-PRESI nº 216, de 4 de julho de 2024](#).

O FNG-MP possui Plano Diretor (PD/FNG) - https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/CPE/FNG/Apresentação/20221219_PDFNG_2023_2025_br.pdf, documento que sintetiza, explicita e formaliza o conjunto de iniciativas estratégicas a serem implementadas e executadas pelo Fórum. Extrai-se dali a essência dos propósitos do FNG, com a pretensão de não apenas indicar transparência às ações e projetos, mas, sobretudo, contribuir decisivamente para a concretização dos objetivos do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público.

Os Comitês Temáticos do FNG-MP realizam quinzenalmente reuniões virtuais de *check in* para avaliar o atendimento dos OKRs (*Objectives and Key-Results*) elaborados para o primeiro ciclo do Plano Diretor do FNG-MP 2023-2025.

Reuniões ordinárias

Realizada nos dias 10 e 11 de junho de 2024, em formato virtual, a 1ª Reunião Ordinária contou com a participação de mais de 300 representantes de todas as unidades e ramos do Ministério Público.

O tema principal foi a governança de dados, com destaque para o debate com especialistas sobre "Governança de Dados: o Papel das Áreas Estruturantes".

Durante o evento, ocorreram também as reuniões dos Comitês Temáticos, que discutiram o planejamento de diretrizes, prioridades e ações para o próximo trimestre, além da definição da coordenação e subcoordenação, conforme designado pela [Portaria CNMP-PRESI nº 216, de 4 de julho de 2024](#).

Além disso, foi realizada a 3ª Reunião dos Representantes da Administração Superior (RAS), na qual foram estabelecidas as prioridades para o ano. Entre os temas debatidos, destacam-se: boas práticas de gestão, sistemas de informação e gestão, compras coletivas, Portal de Transparência, sistema de ata de registro de preços, inovações em Inteligência Artificial, revisão taxonômica, modelos de monitoramento de projetos e de planejamento estratégico, Plano Nacional de Contratações e governança institucional.

Debate [Diálogo de Governança de Dados: o papel das áreas estruturantes](#)

Relatório da [1ª Reunião Ordinária](#) do FNG

Saiba mais:

[1ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Gestão acontece nos dias 10 e 11 de junho](#)

[Áreas estruturantes na governança de dados são destaque na 1ª reunião do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público](#)

Nos dias 18 e 19 de novembro, a CPE realizou a 2ª Reunião Ordinária do FNG. O encontro recebeu 358 inscrições e reuniu, em média, 250 representantes dos Comitês Temáticos do Ministério Público e da Administração Superior (RAS).

A abertura do evento contou com uma palestra ministrada por **Alexandre Zavaglia**, presidente da Comissão de Direito, Inovação e Tecnologia do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Durante sua apresentação, Zavaglia abordou o tema da **inteligência artificial**, explorando seu impacto crescente em diversas áreas e suas implicações no setor jurídico.

O segundo dia de reuniões contou com a palestra "Propósito: inspirando as pessoas e potencializando resultados para as organizações", ministrada pela professora Maria Júlia Pantoja, especialista em Gestão Pública e de Pessoas, além de atividades dos comitês temáticos e do lançamento de publicações pela CPE.

Saiba mais:

[Comissão de Planejamento Estratégico promove 2ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Gestão nos dias 18 e 19 de novembro](#)

Eventos

1º Encontro Nacional de Boas Práticas em Gestão Administrativa do Ministério Público

A CPE, por intermédio do Comitê de Políticas de Gestão Administrativa do Fórum Nacional de Gestão (CPGA-FNG), promoveu, nos dias 25 e 26 de março, o 1º Encontro Nacional de Boas Práticas em Gestão Administrativa do Ministério Público, na sede da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em Brasília/DF. Além de palestras com especialistas, o evento contou com estudos de caso e debates, com o

objetivo de promover a troca de experiências entre os Ministérios Públicos e, assim, fomentar profícuas reflexões acerca dos principais desafios da área.

A primeira edição do encontro abordou a gestão sob várias vertentes, conhecida como 360º, destacando ações inovadoras e de impacto que podem servir como referência para modernização da gestão administrativa no Ministério Público brasileiro.

Saiba mais:

[Começa o 1º Encontro Nacional de Boas Práticas em Gestão Administrativa do MP, promovido pelo CNMP](#)

2º Congresso Nacional de Comunicadores do Ministério Público brasileiro

A CPE, por intermédio e Políticas de Políticas de Comunicação do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (CPCom FNG-MP), promoveu, nos dias 7 a 9 de agosto, o 2º Congresso Nacional de Comunicadores do Ministério Público brasileiro (Conacomp), na sede do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Além de palestras com especialistas, o evento contou com estudos de caso e debates, com o objetivo de promover a troca de experiências e fomentar reflexões sobre os principais desafios da Comunicação Pública institucional. Com a participação de 120 profissionais, entre jornalistas, publicitários, designers e relações-públicas, o Conacomp reuniu representantes dos Ministérios Públicos de 24 estados e dos ramos do MPU.

Saiba mais:

[Comissão de Planejamento Estratégico realiza, em Belo Horizonte, o 2º Congresso Nacional de Comunicadores do Ministério Público Brasileiro](#)

[2º Congresso Nacional de Comunicadores do Ministério Público brasileiro recebe especialistas das áreas da comunicação para troca de experiências](#)

[Usos da Inteligência Artificial e da criatividade foram debatidos no 2º Congresso Nacional de Comunicadores do Ministério Público brasileiro](#)

1º Congresso Nacional de Gestão Estratégica

A CPE, por intermédio do Comitê de Políticas de Políticas de Gestão Estratégica do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (CPGE FNG-MP), promoveu, nos dias 19 e 20 de setembro de 2024, o “1º Encontro Nacional de Gestão Estratégica: governança para líderes e membros das unidades do Ministério Público brasileiro”, na sede do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), em Salvador.

Além de palestras com especialistas, o evento contou com estudos de caso e debates. O objetivo foi promover a troca de experiências entre os ramos e unidades e, assim, fomentar reflexões acerca dos principais desafios na área de planejamento estratégico, governança e liderança.

Saiba mais:

[Abertura do 1º Encontro Nacional de Gestão Estratégica discute o MP do futuro](#)

Publicações

A CPE, por intermédio do Comitê de Políticas de Políticas de Gestão Estratégica do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (CPGE FNG-MP), divulgou publicação intitulada "Governança para Líderes dos Ministérios Públicos: Um Referencial para a Excelência, Transparência de Resultados e Construção de Confiança", que tem como objetivo orientar a estruturação e o aprimoramento dos sistemas de governança

dos Ministérios Públicos. O documento aborda as melhores práticas e diretrizes para assegurar a integridade e a responsabilidade, essenciais para o fortalecimento das instituições e para a construção de uma relação de confiança com a sociedade. O material está disponível no endereço eletrônico indicado.

Além disso, o Comitê de Políticas de Gestão Administrativa (CPGA) lançou dois guias referenciais: o "Guia referencial de cadeiras de escritório e sofás" e o "Guia referencial de eletrodomésticos". Essas publicações foram elaboradas para subsidiar gestores e responsáveis na condução de processos de aquisição de bens, contribuindo para otimização de licitações e promovendo compras compartilhadas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Acesse as publicações:

[Governança para Líderes dos Ministérios Públicos: Um Referencial para a Excelência, Transparência de Resultados e Construção de Confiança](#)

[Guia Referencial de Eletrodomésticos](#)

[Guia Referencial de Cadeiras de Escritório e Sofás](#)

6. INDICADORES DA ATUAÇÃO FUNCIONAL E ADMINISTRATIVA

Nos termos da [Resolução CNMP nº 74/2011](#), a CPE é responsável por coletar os dados relativos à gestão administrativa e atuação funcional dos Ministérios Públicos. Assim, em atendimento aos comandos da Resolução CNMP nº 74/2011, a CPE procedeu ao levantamento dos dados da atuação funcional e administrativa dos Ministérios Públicos, respectivamente por meio do sistema CNMPInd e do questionário Radar Estratégico.

Os dados atualizados relativos ao ano-base 2023 estão disponíveis na ferramenta de *Business Intelligence* (BI) "[Ministério Público: um retrato](#)".



Acesse nosso **portal**:



Siga o **CNMP** nas redes sociais:

 [cnmpoficial](#)

 [cnmpoficial](#)

 [@cnmp_oficial](#)

 [conselhodomp](#)

 [conselhodomp](#)

 cnmp.mp.br